

Semelhanças e diferenças  
entre conventos e  
recolhimentos femininos da  
América Portuguesa

Similarities and differences  
between female convents and  
cloisters at the Portuguese  
America

Ana Cristina Pereira Lage<sup>1</sup>



**Resumo:** Os conventos e recolhimentos femininos que existiram na América Portuguesa devem ser considerados como instituições educativas, pois, no interior desses espaços, acontecia o aprendizado de leituras, escritas, trabalhos manuais etc. No levantamento realizado de pesquisas existentes sobre a temática e documentos do Arquivo Histórico Ultramarino detecta-se que existiu um número superior de recolhimentos em relação aos conventos, uma vez que o primeiro tipo soma 23 e o segundo seis instituições (sendo três recolhimentos que se transformaram em conventos). Pretendo buscar a compreensão da definição conceitual de convento e recolhimento para o período estudado. Para além das especificidades, é necessário observar as semelhanças e diferenças entre essas instituições, bem como partir do princípio de que é importante perceber uma totalidade e trabalhar com um jogo de escalas para comparar e compreender as diversas intencionalidades da busca feminina por esses espaços. Os conventos se tornaram zonas de recepção de mulheres pertencentes às famílias mais abastadas com o propósito da prática religiosa, enquanto os recolhimentos propiciavam o ingresso de mulheres de diversos grupos sociais e, com o passar do tempo, cada vez mais vinculadas às práticas educativas escolares.

**Palavras-chave:** Instituições femininas; Conventos; Recolhimentos; Práticas educativas; América portuguesa.

**Abstract:** The feminine convents and cloisters that have existed at the Portuguese America must be considered as educational institutions, because those places have taught reading, writing, manual labour etc. In the survey of existing researches over the topic and documents of the Ultramarine Historic Archive it can be detected that it have existed a greater number of cloisters over the number of convents, once the first sums 23 and the later six institutions (being that three have been cloisters that have transformed into convents). I also intend to seek understanding of the conceptual definition of convent and gathering for the



period studied. Beyond specifications, it is required to point the necessity to observe the similarities as well as differences between those institutions and assume that is fundamental to perceive a totality and work with a scales game to compare and comprehend the multiple intentions of the feminine search in those spaces. The convents have become reception zones for wealthy women with the purpose of the religious practice whereas the cloisters have provided the admission of women of diverse social groups and, as time has passed, increasingly linked to school educational practices.

**Keywords:** Feminine institutions; Convent; Cloisters; Educational practices; Portuguese america.

Ana Cristina Pereira Lage  
Semelhanças e diferenças entre conventos e  
recolhimentos femininos da América Portuguesa



## Introdução

Escrevo este artigo durante um recolhimento forçado em minha residência, na pequena cidade mineira de Diamantina. Acredito que nunca estive tão próxima do meu objeto de pesquisa. O coronavírus, causador da Covid-19, doença que se alastra globalmente e obriga o ser humano a pensar na necessidade de desacelerar suas atividades e de criar novas estratégias de sobrevivência, gera o impulso para as minhas reflexões acerca das aproximações do tempo presente com o passado. Estar recolhida com outras duas mulheres e em um momento de pânico mundial, embora com as comodidades dos avanços tecnológicos que o mundo contemporâneo nos apresenta, me leva a refletir sobre os possíveis motivos que levaram diversas mulheres a viverem em reclusão social na América Portuguesa. Porém, tenho em mente que, se “[...] é necessário partir do presente para fazer perguntas ao passado, é preciso, contudo, desconfiar de qualquer projeção do presente sobre o passado, pois ela é necessariamente ilusória” (DOSSE, 2012, p. 13). Questionamentos que são ilusórios porque efetivamente são aproximações com representações do meu objeto de pesquisa, com todas as diferenças culturais e espaciais entre as duas temporalidades. Busco, então, algumas lacunas em pesquisas sobre o passado das instituições educativas femininas de reclusão que existiram na América Portuguesa com a intenção de compreender as dificuldades e anseios das mulheres que habitavam tais espaços. Talvez, assim, eu consiga algum alento para encontrar uma boa forma de recolher-me no presente.

Sabemos que algumas mulheres de nosso passado procuravam o isolamento para melhor proximidade com sua religiosidade; outras tinham a intenção de guardar a honra na ausência de maridos, pais ou familiares em suas andanças pelo território ou viagens para a Corte; outras ainda buscavam abafar os comentários da sociedade e afastar-se do “mau caminho” e da “má fama”; havia aquelas que procuravam o aprendizado da leitura e da escrita; por fim, não podemos deixar de mencionar aquelas que desejavam apenas a liberdade do jugo da sociedade patriarcal. Algumas ingressaram em conventos e recolhimentos pela própria vontade, mas uma boa parte foi obrigada por seus familiares a adentrar nesses espaços. Considero que a reflexão sobre a permanência (ou não) dessas mulheres nesses espaços é de suma importância para realizarmos possíveis aproximações entre o tempo presente e o passado colonial. Afinal, por urgência de uma pandemia, recolhemo-nos assustados, mas temos que ter a persistência, mesmo que temporária, que fora encontrada por aquelas



mulheres do passado, que muitas vezes ingressavam crianças e permaneciam nessas instituições até a morte.

Na busca de compreender as instituições educativas na América Portuguesa, é necessário considerar que a educação é um processo de desenvolvimento de capacidades de construção do conhecimento pelo homem, o qual busca a sua integração no ambiente em que vive. As instituições são criadas para satisfazer determinadas necessidades humanas e tornam-se unidades que estão sempre em construção e transformação. Constituem-se como um sistema de práticas, com agentes e instrumentos que devem atingir as finalidades esperadas. Para o caso das instituições caracterizadas como educativas, torna-se necessário trabalhar com um emaranhado de instituições que existem em determinados espaços e tempos para a construção e ordenamento da educação de grupos sociais específicos. Assim, os conventos e recolhimentos femininos que existiram na América Portuguesa podem ser analisados enquanto espaços que ordenavam uma determinada educação religiosa e moral das mulheres que habitavam a América Portuguesa. Em especial os recolhimentos, que se fortaleceram ao final do século XVIII, se aproximaram cada vez mais do modelo escolarizado (MAGALHÃES, 2004).

Neste artigo pretendo tratar das semelhanças e diferenças apresentadas entre dois tipos de instituições femininas que existiram na América Portuguesa: conventos e recolhimentos. Parto do princípio de que o primeiro tipo abrigava mulheres com intencionalidades religiosas e o segundo apresentava diversas possibilidades de inserção feminina, mas cada vez mais, especialmente ao final do século XVIII, se tornaram um misto de casa de guarda de mulheres com educandários. O primeiro prezava pelo enclausuramento, enquanto o segundo, em alguns casos, permitia o trânsito das mulheres pelos espaços no entorno da instituição.

Devido à facilidade de alcançar apenas uma licença episcopal para iniciar seu funcionamento, existiu um número superior de recolhimentos em relação aos conventos para o período estudado, embora a autorização real demorasse mais tempo para ocorrer e muitos acabavam funcionando até na informalidade. Por conta dos problemas encontrados nas autorizações, é possível que muitos outros recolhimentos possam ter existido, mas não foram autorizados. Isso os tornava invisíveis e me faz revisitar os números totais constantemente. Até este momento foi possível identificar 23 recolhimentos e seis conventos para o período colonial (sendo que três foram recolhimentos posteriormente transformados em conventos). Os conventos foram autorizados apenas nas



principais sedes administrativas da colônia (Salvador e Rio de Janeiro), as quais concentravam forte presença de moças da elite, desejosas de ingressar nesse tipo de instituição. Os recolhimentos se espalharam pelas zonas mais povoadas, principalmente nas principais vilas e cidades do litoral. As exceções foram os dois recolhimentos da Capitania de Minas Gerais (Macaúbas e Casa de Oração do Vale de Lágrimas) fundados em regiões um pouco afastadas dos centros urbanos.

Para o desenvolvimento deste artigo foi realizado o levantamento de pesquisas existentes sobre as instituições que serão aqui analisadas. Com exceção de poucos trabalhos, a maioria trata de pesquisar uma instituição específica, mas não há ainda um estudo mais amplo que as relacionem. Também é possível observar que a maioria dos estudos não articula o caráter educativo das instituições, pois, predominantemente, dissertam acerca da fundação, das regras e princípios das congregadas ou recolhidas, da divisão das tarefas e das práticas de escrita e leitura. Mas poucos pesquisadores observam que o funcionamento dessas instituições esteve permeado por atividades educativas. Os conventos propunham uma educação mais voltada para a constituição da religiosidade das mulheres que lá habitavam, e os recolhimentos buscavam, cada vez mais, uma educação do tipo escolar. Para além das especificidades, é necessário salientar a necessidade de se observar as semelhanças e diferenças entre essas instituições e perceber que a educação está imbricada nas suas práticas. É necessário pensar os conventos e recolhimentos da América Portuguesa não somente aos olhos de uma História da Igreja ou de uma História das Mulheres, mas refletir que esses espaços se constituíam enquanto instituições educativas e, portanto, possíveis de serem analisadas por meio do horizonte teórico do campo da História da Educação.

Assim, essa proposta busca realizar um levantamento bibliográfico acerca das investigações que envolvem os conventos e recolhimentos da América Portuguesa. Além disso, trabalha com alguns documentos existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de modo a apresentar possíveis fontes que podem elucidar os caminhos traçados nessas instituições. Pressupõe-se que é necessário perceber uma totalidade e trabalhar com um jogo de escalas para comparar e compreender a busca feminina por esses espaços. Pelas limitações de um artigo, não cabe, aqui, desenvolver muito a análise acerca das 26 instituições femininas de reclusão. Sendo assim, a opção foi indicar apenas alguns apontamentos que possam dar um entendimento das aproximações e distanciamentos existentes entre elas. As diferenças e as individualizações sociais



aparecem na análise das especificidades das instituições que serão estudadas. Como aponta Jacques Revel (1998), é necessário propor a redução da escala de análise, não buscando estabelecer *microcosmos* exemplares do social, mas pensar também em um movimento mais amplo e explicativo de uma análise maior para a compreensão de um quadro mais geral.

### Em busca de algumas definições e distinções

Parece haver uma aproximação léxica acerca das definições do termo *convento* nos dicionários consultados e publicados em Portugal no século XVIII. Para o português Raphael Bluteau (1728, v. 2, p. 518), convento seria uma “Casa de Religiosos, ou Religiosas, Claustrais, mas não Monacais. [...] Monasterium é de Monges”. O dicionário de Antônio de Moraes Silva (1813, v. 1, p. 465) o define enquanto “clausura de religiosos ou religiosas de alguma ordem”. Os autores apresentam inflexão na definição do espaço, uma vez que o primeiro o toma como a casa de religiosos e o segundo como a clausura, um espaço específico dentro da casa. A palavra clausura é derivada etimologicamente do termo latino *claudere* (fechar) e deve ser identificada com o fechamento de indivíduos em determinado espaço. Para além da clausura, um convento possui outros espaços, como a capela ou igreja, o locutório, a cozinha, a lavanderia, a enfermaria etc.

Por outro lado, é importante salientar que Raphael Bluteau fez uma distinção entre conventos e mosteiros, instituições que recebem pessoas que vivem reclusas, mas este último se caracteriza por abrigar indivíduos que buscam o distanciamento e a solidão. Ou seja, a comunidade monasterial propõe o isolamento e pouco contato entre os indivíduos; já os conventos buscam a vida em comunidade.<sup>2</sup> Os mosteiros, geralmente habitados por monges e monjas mais contemplativos em zonas rurais, predominaram no período medieval até o aparecimento das ordens mendicantes, compostas geralmente por frades e freiras, que apresentavam um novo tipo de vida religiosa nas cidades nascentes do século XIII.<sup>3</sup> Ambos coexistem ainda nos dias atuais, embora desde o período moderno tenhamos uma predominância da forma de vida conventual.

Segundo Isabel Morujão, é controversa e complexa a distinção entre conventos e mosteiros no período moderno, uma vez que é possível encontrar as duas denominações e com pouca diferenciação na documentação portuguesa:

Convém não esquecer que os conventos estão apenas federados



em Províncias e os Mosteiros não; e que a designação “mosteiro” também aparece obrigatoriamente para as casas masculinas, quando se trata de ordem de vocação muito contemplativa, como é o caso da de S. Bento. Isto para nos circunscrevermos apenas à Idade Moderna, pois até o século XV as designações “convento” e “mosteiro” não opunham comunidades masculinas e femininas. Até então o convento designava a comunidade, e o mosteiro o espaço físico e a instituição global (MORUJÃO, 2013, p. 18).

A partir dessa distinção é possível compreender que os mosteiros seguem uma determinada regra, independentes entre si, como é o caso dos beneditinos, em que cada casa possui um abade com poderes e administração própria. Já os conventos possuem uma administração mais ampliada, e cada casa com um regente é interligada dentro de uma província, governada pelo provincial, como é o caso dos franciscanos. Quando falamos das instituições que existiram na América Portuguesa denominadas de conventos, devemos entendê-las enquanto casas que faziam parte de determinadas províncias, com especificidades de reclusão criadas a partir da instituição da clausura, das suas regras e constituições específicas, que possuíam regentes que eram subordinadas aos provinciais. Assim, foi o caso do Convento do Desterro, primeira instituição feminina conventual na América Portuguesa, fundado em 1677 na cidade de Salvador por quatro freiras clarissas e duas mulheres para os serviços domésticos, todas portuguesas, oriundas do Convento de Santa Clara de Évora. O referido convento passou a integrar a Província franciscana de Santo Antônio do Brasil, a qual, por meio de um breve do papa Alexandre VII, em 1657, separou-se da província portuguesa de mesmo nome (JABOATÃO, 1858, v. 1, p. 419).

Os demais conventos da América Portuguesa foram instituídos no século seguinte: as instituições soteropolitanas das Ursulinas da Soledade (1741), Ursulinas das Mercês (1742) e Conceição da Lapa (1744); os conventos da Ajuda (1750) e Santa Teresa (1780) no Rio de Janeiro. Devemos atentar que todos os conventos receberam autorização para funcionamento nos dois maiores centros urbanos e administrativos da colônia e, diferentemente do primeiro convento, que seguia uma regra constituída ainda no século XIII, os demais seguiram normas instituídas no período moderno e com forte influência tridentina, sendo dois ursulinos (Soledade e Mercês), dois concepcionistas (Lapa e Ajuda) e um carmelita descalço (Santa Teresa). Além disso, três dessas instituições foram





derivadas de recolhimentos preexistentes (Ajuda, Soledade e Santa Teresa) que conseguiram a autorização da coroa portuguesa para a mudança.

Os recolhimentos formaram o grupo de instituições de guarda feminina que predominou na América Portuguesa. Além dos três citados acima, foi possível identificar a existência de outras vinte instituições, espalhadas pelas diversas capitanias, que podem ser caracterizadas enquanto recolhimentos. Mas, afinal, o que caracteriza um recolhimento e como diferenciá-lo de um convento? Diferentemente daquela definição sucinta indicada anteriormente para os conventos, Raphael Bluteau apresenta mais detidamente esta:

Recolhimento. Retiro. O não sair de casa. O fugir de ser visto. Nas mulheres, o recolhimento é o pregoeiro da sua honestidade. [...]. Recolhimento Religioso. Quem uma vez largou o mundo, não se torne a meter nele. Religioso claustral e palaciano. [...]. Recolhimento interior do espírito, recolhimento consigo, recolhimento da alma com Deus. [...]. Recolhimento. Casa com Igreja, em que segundo a mente, e a instituição do Fundador, se recolhem mulheres com diferentes estados, e vivem com clausura e observância à Regente. Em Lisboa há muitos recolhimentos, o da Misericórdia, o do Conde de S. Lourenço, o dos Cardais, o do Castelo (BLUTEAU, 1728, v. 7, p. 156-157).

Para o autor, o recolhimento tanto poderia ser um retiro dentro da própria casa, algo próximo do que fazemos no momento atual, ou uma fuga espiritual do mundo para o encontro com Deus, ou ainda, caracterizaria um modelo de instituição específica, com um fundador e que receberia mulheres que viveriam em clausura e subordinadas a uma Regente, aproximando-se assim dos modelos conventuais. Raphael Bluteau indica também que os recolhimentos poderiam receber mulheres de diversos “estados”, o qual significaria: “Gênero de vida. Profissão. Modo de viver. Neste sentido, Estado é grau de alguma excelência, ou ocupação espiritual, ou temporal; não quer dizer Estado, imobilidade de coisa que está sem se mover, porque desta sorte seria vicioso o estado”. Como exemplo de frases que possuíam este sentido para a palavra estado, o autor apresenta: “Ajudou-o com sua fazenda a dar estado à sua filha”; ou ainda, “Tenho uma filha maior, a que não posso dar estado, porque não tem dote” (BLUTEAU, 1728, v. 3, p. 302). Nesta definição podemos compreender que os recolhimentos recebiam mulheres com modos de vida, condições, profissões e



intencionalidades diversas.

Já o dicionário de Moraes Silva (1813, v. 2, p. 567) é bem econômico em sua definição: “Recolhimento, casa de religião ou retiro do mundo, sem votos religiosos. §Encerramento, sem conversações, saídas, passeios e outras distrações”. O autor não faz menção à clausura, embora aponte atitudes de reclusão aproximativas e ainda enfatiza que não haveria votos das recolhidas, algo que estava presente no universo conventual. Aliás, a documentação consultada acerca dos recolhimentos é enfática para afirmar que não há votos nessas casas.<sup>4</sup>

É importante observar que a reclusão feminina no interior das casas já acontecia desde a Grécia clássica, anterior ao cristianismo, especialmente em virtude da preservação da castidade, do silêncio e do recato (TORRES, 2001). Com o advento e fortalecimento do cristianismo, gradativamente surgiram espaços de recolhimento intramuros para as mulheres da nobreza romana, os quais ganharam popularidade já no século IV. Desde então, a reclusão feminina apareceu como uma forma de controle sobre a sexualidade ou penitência dos seus atos (DIAS, 2015).

Foi por intermédio da publicação da *Bula Periculoso* (1298), do papa Bonifácio VIII (1294-1303), que foi instituído e efetivado o ‘enclausuramento perpétuo’ de todas as comunidades religiosas femininas, ou seja, para se tornar uma religiosa, a mulher não poderia mais abandonar a sua clausura. O estreitamento da obrigatoriedade da clausura gerou ainda distinções e enriquecimentos no interior dos microcosmos conventuais, uma vez que, “quanto mais estreita se tornava a clausura, mais necessário e obrigatório se tornava o dote” (LECLERCQ, 1980, p. 89, tradução nossa). Quanto mais recursos uma recolhida apresentava no momento do seu ingresso, mais distinta se tornava no interior do claustro. Aquelas que não possuíam muitos recursos e desejavam ingressar em um convento eram inseridas, geralmente, nas atividades de trabalhos manuais e colocadas em uma categoria inferior no interior do grupo. Essa diferenciação é possível ser observada no Convento do Desterro, que admitia noviças da elite baiana que seriam as futuras freiras que portariam o *véu preto* e aquelas que não tinham o recurso necessário, as quais portariam o *véu branco*. As primeiras participavam do ofício divino e liam o breviário em latim. Enquanto para as irmãs do segundo tipo, era vedado o domínio da leitura, uma vez que apenas decoravam algumas orações e eram responsáveis, ao lado de servas e escravas, pelo serviço doméstico da instituição.

Ao comparar os espaços conventuais e os recolhimentos, é possível inferir



que os conventos seguiam as proposições da clausura, exatamente como fora instituída pela Igreja medieval. Quando pensamos nas mulheres que habitavam os recolhimentos, percebemos que elas se aproximavam da forma primitiva de reclusão da Antiguidade e início do período medieval. Azzi e Rezende fizeram uma distinção no histórico fundacional e nos grupos sociais que habitaram os conventos e recolhimentos da América Portuguesa:

Pode-se de fato dizer que houve dois tipos de vida religiosa feminina que correram paralelos durante todo o período colonial: um oficial, canônico, estabelecido nos conventos e mosteiros, e reservado às mulheres brancas e ricas da classe senhorial portuguesa; outro bem mais informal e difuso, não reconhecido oficialmente, único acessível a mulatas, negras e mesmo a brancas pobres, vivido nos recolhimentos, em beatérios, nas casas de família (AZZI; REZENDE, 1983, p. 24).

A história da fundação das instituições femininas na colônia é uma indicação de resistências dos colonos à política metropolitana de incentivo ao casamento para povoar e moralizar o território, especialmente para o caso das mulheres brancas (ALGRANTI, 1999). Por isso, ocorreram tensões entre a população local e o poder português para a abertura de conventos e se ampliou o número de recolhimentos para atender aos anseios das famílias, que muitas vezes até tentavam burlar a coroa portuguesa para não obter nenhum controle político e religioso sobre a instituição.<sup>5</sup> Na América Portuguesa, os conventos e recolhimentos assumiram funções diversas daquelas apresentadas em Portugal.

Principalmente para as autoridades civis e eclesiásticas que procuravam manter-se fiéis à política metropolitana. Mas é a prática que revelará se ela foi conduzida com sucesso. Para os colonos, privados dos conventos e tendo dificultada, pelo alvará de 1732, a alternativa de enviarem suas filhas para os mosteiros portugueses, os recolhimentos acabavam servindo os mesmos propósitos onde se faziam os votos solenes (ALGRANTI, 1999, p. 79).

Cabe, no entanto, destacar que o Alvará de 1732 proibia a saída das mulheres da América Portuguesa para ingressarem em conventos portugueses, de modo que necessitavam requerer a mercê real e anexar ao documento uma carta de recomendação de um Bispo e outra do governador da Capitania. Com as



dificuldades apresentadas, várias famílias recorreram aos recolhimentos para abrigarem as suas mulheres, muito embora essas tensões também propiciassem a abertura de outros conventos, além do único existente até então na Bahia (AZZI; REZENDE, 1983).

Leila Algranti (1999) aponta para a existência de uma aproximação entre os dois tipos de instituições que recebiam as mulheres na América Portuguesa, as quais se distinguiam apenas pela presença ou não dos votos religiosos. Porém, algumas pesquisas posteriores apontam que as diferenças poderiam ser maiores:

O que vislumbramos na complexa história dos recolhimentos é o seu papel como uma instituição diferenciada, constituindo uma realidade totalmente diversa da do convento, muito embora apresente semelhança. Essa semelhança foi o que levou estudiosos da temática a não perceber as diferenças, embora sutis, mas significativas, em termos de objetivos para ambas as instituições referidas aqui. [...]. O convento como instituição tinha, como objetivo principal, o desenvolvimento de uma vida de fé, contemplação do divino, dedicação mística a Cristo, enfim um afastar-se do mundo numa situação para vocacionados, como advogava o Concílio de Trento. Já o recolhimento apresenta-se como uma instituição para a educação, com o objetivo de fazer a inserção da mulher no século e não afastá-la. Foi uma casa de preparo e passagem para uma nova condição, a de educadora dos novos tempos (ALMEIDA, 2003, p. 21).

Para Almeida, os recolhimentos se configuraram enquanto uma criação específica do mundo moderno e aliaram a educação à religiosidade feminina, como preparação para um futuro secular. Segundo Leila Algranti (2004, p. 26), o período moderno trouxe mudanças no enclausuramento pois apresentava “o surgimento de instituições leigas de reclusão destinadas às mulheres, fossem pobres ou ricas, visando preservar a honra e controlar a sexualidade feminina”.

É necessário salientar que tanto os estudos de Algranti (1999, 2004), quanto aqueles de Almeida (2003) tratam de instituições em espaços específicos, uma vez que a primeira autora analisa casas da atual região Sudeste e a segunda trabalha especificamente com a Capitania de Pernambuco. Concordo com as duas autoras sobre a existência de aproximações e distanciamentos quando proponho buscar uma compreensão espacial e temporal mais ampliada para a



implantação de conventos e recolhimentos na América Portuguesa. É possível perceber aproximações entre os dois modelos, especialmente nas capitânias onde não existiam conventos e os recolhimentos possuíam uma função mais próxima daquela conventual. Mas também é perceptível que há uma diferenciação não só nos ambientes de instalação devido às especificidades das culturas locais, como até na própria temporalidade, uma vez que aparece um distanciamento cada vez maior entre os dois tipos a partir da segunda metade do século XVIII.

### **Instituições de reclusão feminina: aproximações e distanciamentos**

Azzi e Rezende (1983, p. 30-31) apontam que os recolhimentos da América Portuguesa foram de quatro tipos: “para meninas”, que recebiam índias, órfãs ou aquelas separadas da família por algum motivo, até a idade do casamento; “para moças ou mulheres decaídas”, aquelas rejeitadas pela sociedade e arrependidas, também chamadas de “madalenas”; “para mulheres desejosas de uma vida na oração e na penitência”, viúvas ou abandonadas pelos maridos que não portavam hábito religioso, nem seguiam regra ou clausura; finalmente, para “mulheres destinadas à vida monástica”, que se organizavam nos moldes conventuais, em conformidade com a clausura, o hábito religioso e seguiam uma determinada regra, mas sem votos. Embora existissem instituições que abrigavam um tipo de recolhida específico, a maioria dos Recolhimentos que existiram na América Portuguesa acolhia uma variada tipologia de causa. Por outro lado, se os conventos se tornaram espaços predominantemente de recepção de mulheres da elite, também passaram a receber mulheres de outras estratificações sociais no seu interior.

A finalidade na fundação de recolhimentos na América Portuguesa era diferente daqueles que existiram em Portugal. Almeida (2003) aponta que esses propósitos eram de quatro tipos: filantrópicos e destinados às órfãs pobres; para enjeitados de ambos os sexos nas Santas Casas; aqueles que recebiam órfãs filhas de funcionários reais que morreram nas conquistas e se preocupavam em formá-las para “dar estado”; e, finalmente, aqueles que surgiram enquanto beatérios que almejavam a transformação em conventos. Muitos desses espaços eram necessários para receber o excedente populacional de mulheres brancas portuguesas enquanto os homens estavam nas conquistas. Por outro lado, distanciavam-se claramente dos diversos conventos existentes em solo português, que exigiam os votos perpétuos de enclausuramento. É possível



detectar um número excessivo de mulheres que habitava os recolhimentos e outro que buscava os conventos devido à religiosidade e suas relações de poder.

O Convento de Santa Clara do Desterro da Bahia, fundado por iniciativa da Câmara de Salvador em 1677, foi habitado principalmente por mulheres que pertenciam à elite baiana, que viviam em um ambiente de faustos, luxos e riquezas e que demonstravam uma liberdade única por viverem, em certa medida, distantes dos controles da sociedade patriarcal. A instituição era procurada por mulheres que desejavam levar uma vida contemplativa e perseguiam determinada perfeição religiosa, mas também havia aquelas que habitavam o espaço para ter liberdade em suas ações com relação ao que era desejado para o seu estado de religiosa. A diversidade das mulheres que lá habitavam propiciava os distanciamentos no convento: solteiras, virgens, “decaídas”, órfãs, viúvas, separadas de seus maridos etc. Por outro lado, havia uma divisão social no interior do claustro, uma vez que a entrada e a detenção do poder institucional dependiam dos valores dos dotes e das contribuições familiares que eram despendidas (NASCIMENTO, 1994).

Os outros cinco conventos que foram fundados na América Portuguesa também foram responsáveis por receber mulheres pertencentes à elite, mas cada qual teve a sua especificidade na implantação e desenvolvimento da obra. Embora a Coroa Portuguesa apresentasse várias manifestações contrárias à fundação desse tipo de instituição na América e à saída de mulheres para ingressar nos conventos da Corte, a abertura desses espaços, após o Alvará de 1732, parece ter sido uma conquista das elites locais na luta para que suas filhas ingressassem na vida religiosa. Sendo assim, nesse período, somente em Salvador, três novos institutos religiosos foram fundados em um curto espaço de tempo.

O Convento das Ursulinas das Mercês, fundado a partir do Alvará de 23 de janeiro de 1735, começou a funcionar em 1742 e teve como fundadora “D. Úrsula Luiza de Monserrate, filha do Coronel Pedro Barbosa Leal, fidalgo da Casa de sua Majestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo e de sua Senhora Dona Mariana Espínola” (MONSERRATE, 1745). A fundadora pertencia a uma rica família soteropolitana e teve o apoio do arcebispado local, bem como da Companhia de Jesus por meio de doações de recursos para a implementação da obra. Além disso, colocaram a instituição sob a proteção da rainha portuguesa, Maria Ana de Áustria. É importante salientar que a Congregação das Ursulinas foi criada pela italiana Ângela de Merici em 1535 e previa um misto de vida ativa e contemplativa, preocupada especialmente com a educação feminina.



Nas instituições ursulinas existentes nesse período é possível encontrar, além de noviças e freiras, as educandas que possivelmente passavam um período recolhidas na instituição, mas depois retornavam para as suas respectivas famílias.

Outro exemplo de fundação de instituição conventual para mulheres é o caso ocorrido com o leigo João de Miranda Ribeiro, mestre de construção na Bahia, que possuía cinco filhas e desejava que elas ingressassem no Convento do Desterro. Porém, com a falta de lugares vagos na instituição, solicitou permissão à Coroa e foi o responsável por fundar, com os próprios recursos, o Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa em 1744 (PROVISÃO..., 1731). Ana Cláudia Mota (2011) aponta que a instituição, que seguia a regra das concepcionistas, funcionava como um misto de convento e recolhimento, uma vez que recebia mulheres que ficavam temporariamente na casa, para além das enclausuradas.<sup>6</sup>

Já o Convento das Ursulinas da Soledade, autorizado em 1752, foi originário do Recolhimento de mesmo nome e fundado em 1739, pelo padre Gabriel Malagrida.<sup>7</sup> A intenção inicial era a recepção de prostitutas arrependidas, mas desde o início o Recolhimento/Convento da Soledade acabou recebendo moças ricas, especialmente aquelas que não conseguiam entrar no Desterro, devido aos limites para a autorização do número de freiras. A instituição funcionou também como um educandário para as mulheres que por lá passaram (FERREIRA, 2006).

Em 1764, o arcebispo Manuel de Santa Inês comparou as instituições conventuais existentes em Salvador:

Devo informar a V. Ex. que o Convento da Lapa, sendo pela ordem o penúltimo é o primeiro na observância, porque nele se guarda a vida comum, e se vive com muita edificação, ainda que por serem só 20 as religiosas de véu negro e muitas destas achacadas, se acham no coro algumas vezes somente 4. Depois dele tem lugar o da Soledade, aonde se vive também exemplarmente, posto pela sua pobreza não se pode assistir á comunidade com todo o necessário. O terceiro é o das Mercês, que hoje se acha mais reformado do que estava, quando cheguei a esta Cidade. Também este não tem para sustentar-se e viver perfeitamente de comum. O erro vem de longe, porque se não fizeram as diligencias com a exação devida para se informar ao Senhor Rey D. João V, e se fundaram estes 2 conventos de Ursulinas sem patrimônio suficiente e se admitiram algumas donzelas para religiosas sem vitalícios, e para as fabricas



deles se consumiram os dotes de muitas e por isso estão pobres e empenhados. O quarto nesta serie é o do Desterro, sendo aliás o primeiro na antiguidade, porque nele se não observa a vida comum, pois ainda que se dá as religiosas farinha da terra e ração de carne e peixe, cada uma a manda cozinhar na sua cela, como lhe parece; [...] nem da comunidade se lhes administra todo o necessário e por conta de seus pais e parentes correm as despesas excessivas, que fazem nos ofícios do Convento, as quais eles se sujeitam contra suas vontades, por não serem vilipendiadas e reputadas por gente de inferior qualidade suas filhas e parentas. Ainda que no dito Convento haja algumas religiosas de boa vida, contudo pelas inobservâncias das leis próprias do seu estado e profissão, que na maior parte há, é o dito convento o escândalo desta Cidade, ainda que muitas pessoas desta as fomentem e patrocinam ou seja por parentesco ou amizade licita ou ilícita (CARTA..., 1764).

Aos olhos do Arcebispo, o Convento do Desterro era aquele que mais se afastava dos princípios propostos em sua fundação, uma vez que as riquezas e as redes familiares das mulheres que lá habitavam faziam com que estas vivessem uma vida mais laica e luxuosa do que próxima aos princípios da ordem das clarissas. O Convento da Lapa se tornava o mais regular na vida comunitária e os demais, Mercês e Soledade, eram muito pobres e lutavam pela sobrevivência, o que acabava afetando o desenvolvimento de suas atividades internas. Em sua fala é possível perceber certa crítica ao fato de haver duas instituições que seguiam uma mesma regra na cidade.

A primeira instituição conventual implantada no Rio de Janeiro foi o Convento da Ajuda, originário do recolhimento de mesmo nome. Segundo Azzi e Rezende (1983), já havia a intencionalidade dos moradores do Rio de Janeiro, por meio da Câmara, de fundar um convento desde 1670, mas devido às tensões entre o Conselho Ultramarino e o poder local para esta efetivação, criou-se inicialmente um recolhimento (1687) que somente se transformou em convento em 1750. Segundo William de Souza Martins (2011), a demora e as várias tentativas para a fundação deste convento refletem as tensões e as redes de poder que envolviam as negociações, uma vez que este seria um espaço habitado por mulheres da elite.

A história da fundação do Convento de Santa Teresa no Rio de Janeiro está diretamente ligada às ações de Maria Jacinta Aires, ou Jacinta de São José





(1715-1768), imbuída desde muito nova em criar uma instituição carmelita nas terras brasileiras.<sup>8</sup> Jacinta abandonou a casa de seus pais e recolheu-se em uma chácara, vivendo em oração e extrema pobreza. O recolhimento foi organizado junto à ermida do Desterro em 1742, a partir de uma doação do Conde de Bobadela<sup>9</sup> e, três anos após, começaram as intervenções das recolhidas para a transformação em convento, fato que só aconteceu em 1780. A demora na aprovação do convento tem relação direta com as ações de Jacinta junto ao clero local e à coroa, uma vez que a mesma foi até Portugal para suplicar junto ao Rei, tendo em vista sua constante desavença com o bispo Dom Antônio do Desterro. Pesaram contra Jacinta três acusações feitas pelo Bispo – falta de humildade, desobediência ao prelado e vaidade – quando este encaminhou um processo contra ela para o Tribunal do Santo Ofício português (ALGRANTI, 2004, p. 78). A discordância entre Jacinta e o Bispo se estendeu por vários anos e dividiu a população, mas “é possível que em toda essa história se expressasse a luta de Jacinta e suas companheiras para conquistar certa autonomia em face à dominação masculina direta, a busca de um espaço de liberdade para viver o seu próprio projeto de vida religiosa” (AZZI; REZENDE, 1983, p. 35).<sup>10</sup>

As dificuldades de transformação de recolhimentos em conventos enfrentadas por alguns grupos possivelmente fizeram com que outros nem sequer tentassem essa mudança. Como os Recolhimentos surgiam de forma espontânea, torna-se difícil detectar o efetivo início de seus funcionamentos. Por outro lado, não é possível afirmar que existiram apenas as instituições abaixo listadas na América Portuguesa, uma vez que muitas outras possam ter existido, ainda que não tenham solicitado permissão de funcionamento para a Coroa ou, mesmo, para os bispados aos quais estariam vinculadas. Até o momento, o levantamento realizado permite identificar a existência de vinte e três recolhimentos, sendo que três deles se tornaram conventos ainda no período que compreende esta pesquisa. Duas dessas instituições carecem de mais investigações por não terem ou apresentarem poucas documentações, como é o caso do Recolhimento de Viúvas de Sergipe, do Recolhimento da Luz de Diamantina em Minas Gerais, o Recolhimento de Santa Teresa de Itaipu ou o Recolhimento do Bom Parto, ambos do Rio de Janeiro. Por meio do cruzamento do levantamento documental e do levantamento das pesquisas existentes sobre a temática, é possível apresentar o seguinte quadro:



**Quadro 1 - Recolhimentos da América Portuguesa**

<b>Recolhimento</b>	<b>Provável data de início</b>	<b>Local</b>
Recolhimento da Conceição	1585	Olinda
Recolhimento de Santa Teresa	1685	São Paulo
Recolhimento da Ajuda	1674	Rio de Janeiro
Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Monte Alegre	1716	Macaúbas/Minas Gerais
Recolhimento do Santo Nome de Jesus (Santa Casa de Misericórdia)	1716	Salvador
Recolhimento Senhor Bom Jesus dos Perdões	1723	Salvador
Casa de Oração do Vale de Lágrimas/ Recolhimento de Sant'Ana da Chapada	1730/1780	Minas Novas/ Santa Cruz da Chapada/ Minas Gerais
Recolhimento das Ursulinas da Soledade (Coração de Jesus)	1739	Salvador
Recolhimento do Desterro	1742	Rio de Janeiro
Recolhimento da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro	1742	Rio de Janeiro
Recolhimento do Sagrado Coração de Jesus	1744	Igarassu/Pernambuco
Recolhimento de viúvas de Sergipe	1750	Sergipe
Recolhimento das Ursulinas do Sagrado Coração/Nossa Senhora da Anunciação	1752	São Luís
Casa de Recolhimento da Paraíba	1754	Paraíba
Recolhimento de São Raimundo Nonato	1755	Salvador
Recolhimento da Glória	1758	Recife
Recolhimento de Nossa Senhora do Bom Parto	1759	Rio de Janeiro
Recolhimento de Santa Teresa de Itaipu	1764	Niterói/ Rio de Janeiro
Recolhimento do Sagrado Coração da Luz (Divina Providência)	1777	São Paulo
Recolhimento das educandas do Pará	1804	Pará
Recolhimento para mulheres arrependidas (Nossa Senhora dos Humildes)	1807	Santo Amaro /Bahia
“Convento” Imaculada Conceição de Santa Clara	1811	Sorocaba/São Paulo
Recolhimento da Luz	1816	Diamantina/Minas Gerais

**Fonte:** A autora.

A primeira instituição fundada, ainda no século XVI, foi o Recolhimento da Conceição, em Olinda. Para Jabotão (1858, v. 1), o espaço fora criado por Maria Rosa, uma rica viúva, irmã da ordem terceira e responsável por trazer os franciscanos para o Brasil. Existem indicações controversas se Maria Rosa



teria criado o Recolhimento da Conceição ou mesmo uma instituição anterior, o denominado Recolhimento de mulheres da Ordem Terceira Franciscana, por volta de 1576. Ela teria doado esta primeira casa para a instalação dos frades franciscanos e passado então a viver no Recolhimento da Conceição. Jaboatão (1858, v. 1) considera ainda que o primeiro espaço era apenas uma casa onde ela habitava com algumas mulheres de sua família e que o primeiro recolhimento seria efetivamente aquele da Conceição. Suely Creusa de Almeida (2003), ao analisar a fundação, indica que alguns documentos e estudos demonstram que o Recolhimento da Conceição já poderia estar em funcionamento quando Rosa Maria por lá chegou.<sup>11</sup> Mas é inegável o papel dessa mulher e suas companheiras para fortalecer economicamente a instituição, a qual passou a receber, cada vez mais, mulheres da elite local.

Ao longo de sua existência, a referida casa recebeu vários tipos de recolhidas, que buscavam o espaço por diversos motivos e que, em suas ambiguidades, “[...] da mesma forma que serviu de prisão para muitas mulheres, como já foi relatado, serviu também como espaço para promover proteção e libertação da violência” (ALMEIDA, 2003, p. 215). Durante as invasões holandesas (1630-1645), várias recolhidas fugiram e o prédio passou por um período de deterioração. Somente em 1676 foi restaurado, passando a receber também órfãs e pobres. A partir de 1798 o recolhimento foi reformulado e recebeu os estatutos publicados pelo bispo Azeredo Coutinho, o qual propunha uma transformação da instituição em educandário.<sup>12</sup> As transformações da instituição ao longo do tempo demonstram a sua capacidade de adaptação de acordo com os anseios da população e a conjuntura política, econômica e social de cada momento.

A partir da compreensão das interligações entre as instituições de recolhimento aqui analisadas é possível inferir que, desde o surgimento do Recolhimento da Conceição, em 1585, até meados do século XVIII, a maioria dessas instituições, recolhimentos ou conventos, abrigava mulheres de elite, mas também poderia atender um público heterogêneo em sua intencionalidade de reclusão. Assim foi com o caso do Recolhimento de Santa Teresa, criado em São Paulo em 1685 pelo bispo do Rio de Janeiro, D. José de Barros Alarcão, cujas habitantes buscaram, sem sucesso, a transformação da casa em espaço conventual (ALGRANTI, 1999, p. 85).

A fundação de um espaço para a recepção de mulheres de famílias abastadas na capitania de Minas Gerais também foi o condicionante para a fundação do Recolhimento de Nossa Senhora de Macaúbas pelo beato Félix da Costa em 1716. Os estatutos foram elaborados em 1750 pelo bispo de Mariana, D. Frei



Manuel da Cruz (ALGRANTI, 2000). Embora tanto os estatutos, quanto parte da documentação aponte para os anseios locais da transformação da instituição em convento, documentos administrativos portugueses indicam uma preocupação contrária em reformular ou estabelecer uma educação mais formal e instrucional, propondo a extinção da múltipla funcionalidade de Macaúbas (REQUERIMENTO..., 1785). Por mais de cem anos ocorreu uma pluralidade de funções, como em diversos outros recolhimentos, que funcionaram com um caráter misto de asilo, educandário, convento e casa de correção. O Recolhimento de Macaúbas se tornou Colégio em 1846 e, finalmente, apenas convento carmelita em 1926 (LAGE, 2019b).

Existiram recolhimentos voltados especificamente para a recepção da orfandade colonial, os quais estavam geralmente vinculados às Santas Casas de Misericórdia, especialmente na Bahia (1716) e no Rio de Janeiro (1742). Em Salvador, a Santa Casa administrava a Casa da Roda dos Expostos e ainda o Recolhimento Santo Nome de Jesus (GANDELMAN, 2005). Este último constituía-se em uma casa que recebia as meninas com mais de 12 anos que habitavam anteriormente a “Casa da Roda”. A instituição abrigava tanto as expostas da Roda que eram consideradas como as verdadeiras “filhas da casa”, como também as órfãs de número (externas à Roda) e ainda as porcionistas, mulheres pagantes que poderiam até ter servas no interior da casa (SILVA, 2011).

A orfandade foi ainda preocupação do padre Malagrida, responsável por solicitar a implantação do Recolhimento das Ursulinas do Sagrado Coração (1752) em São Luís do Maranhão. Os jesuítas foram responsáveis por colher esmolas para a sua manutenção. Porém, como aponta Maria José Lobato Rodrigues (2010), logo no seu início a instituição passou a receber também moças abastadas e pagantes. Após a expulsão dos jesuítas, em 1759, as recolhidas buscaram desvincular a sua origem daquela congregação, como também da ordem das ursulinas, e passaram a adotar a vestimenta da Ordem Agostiniana de Santa Mônica.

Outro grupo de recolhimentos criados em meados do século XVIII era destinado especificamente para mulheres consideradas “decaídas” ou de “vida fácil”, as “madalenas”. Neste caso, enquadra-se o Sagrado Coração de Igarassu, em Pernambuco (ALMEIDA, 2003); o Recolhimento da Paraíba (MOURA FILHA, 2004); o de São Raimundo Nonato, em Salvador (SILVA, 2007); e o Recolhimento das Mulheres Arrepentidas (dos Humildes) de Santo Amaro da Purificação (TRINDADE, 2018).<sup>15</sup> Porém, o que se verifica nessas instituições é que muitas



foram autorizadas para uma intencionalidade e acabaram por receber diversos tipos de recolhidas. No caso do Recolhimento dos Humildes, as recolhidas se tornavam professoras no educandário anexo, uma vez que ali se exerciam “[...] múltiplas funções, funcionando como orfanato, educandário para meninas e recolhimento para mulheres inclinadas à vida religiosa. Além disso, recebeu viúvas e mulheres cujos homens ‘significativos’ queriam mantê-las reclusas” (TRINDADE, 2018, p. 84).

Parece que a diversidade das instituições de reclusão levava para um caminho novo: a educação feminina escolar, que se fortaleceria no século XIX e distanciava cada vez mais para os conventos dos recolhimentos. Este era o discurso que se consolidava em Portugal, a partir das ideias iluministas, e acabava tomando força nos espaços de recolhimento brasileiros. Assim, ao analisar a história do Recolhimento da Glória do Recife, fundado em 1777 no Recife, Suely Creusa de Almeida (2003, p. 275) indica que o estatuto “para o governo da Casa da Glória se divide em duas partes: a primeira, sobre as doze recolhidas que serviriam como mães, mestras e diretoras das educandas. A segunda parte segue as normas para a instrução das educandas”. Segundo os estatutos elaborados pelo Bispo Azeredo Coutinho (1798, p. 3), haveria doze recolhidas na instituição, responsáveis por servir como “mães, mestras e diretoras das educandas”.

### **Algumas conclusões**

É importante salientar que esta é uma pesquisa preliminar e que ainda há muito o que ser feito para a compreensão das semelhanças e diferenças entre os conventos e recolhimentos da América Portuguesa. Para não ficar exaustivo, optei por apresentar algumas instituições resumidamente, mas buscando interligar onde elas poderiam aproximar e distanciar entre si. A análise aponta que havia uma convergência maior entre conventos e recolhimentos desde o início das fundações até meados do século XVIII, pois, até então, ambos supriam os anseios de reclusão com finalidades mais religiosas e de guarda do mundo externo, muito embora os recolhimentos fossem responsáveis por absorver outros tipos de mulheres. O surgimento de instituições de recolhimento para públicos específicos demonstrou que aqueles espaços acabavam se adaptando para a recepção de outras recolhidas e também para novas alternativas de manutenção, como foi o caso da proposição de uma educação escolar ao final do século XVIII e início do século seguinte. Os recolhimentos cumpriram



suas funções educativas escolares até a chegada das congregações religiosas femininas e a implantação dos colégios de freiras a partir de 1849 (LAGE, 2013). Alguns recolhimentos não sobreviveram à entrada maciça das religiosas com propostas de implantação de colégios e outros acabaram por se transformar finalmente em conventos.<sup>14</sup>

Algo aproxima as diversas instituições, quer seja conventos ou recolhimentos: a capacidade de as casas receberem mulheres que muitas vezes não possuíam alternativas de sobrevivência que não fossem em comunidades. Mulheres que se aliavam para coabitarem longe de ambientes hostis e que buscavam a proteção no grupo recolhido.

### Referências

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres da colônia – condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

ALGRANTI, Leila Mezan. Os estatutos do recolhimento das macaúbas (norma e contravenção: os bispos de Mariana e o cotidiano das reclusas): Minas Gerais (1748-1850). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 161, n. 408, p. 221-251, 2000.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção, atos de censura: ensaios de história do livro e da leitura na América Portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: HUCITEC, 2004.

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. *O sexo devoto: normatização e resistência feminina no Império Português (XVI-XVIII)*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7383>. Acesso em: 20 set. 2018.

AZEREDO COUTINHO, D. José Joaquim da Cunha. *Estatutos do recolhimento Nossa Senhora da Glória do lugar de Boa Vista de Pernambuco*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Siencias, 1798.

AZZI, Riolando; REZENDE, Maria Valéria. A vida religiosa feminina no Brasil colonial. In: AZZI, Riolando (org.). *A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos*. São Paulo: Edições Paulinas, 1983. p. 24-60.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez e latino: áulico, anatômico,*



architectonico. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1728. 8 v.

CARTA de Gomes Freire de Andrade para Diogo de Mendonça Corte Real em que especialmente lhe agradece a proteção que prestara a Jacinta de S. José para a fundação do seu convento. Rio de Janeiro: AHU- (Eduardo de Castro e Almeida), 1756a. 017-1, cx. 83, doc. 19341 (1).

CARTA de Maria de Jesus, ao rei D. José I, solicitando esmola para a casa de recolhimento de mulheres. Paraíba: AHU, 1754. 014, cx.17, doc.1385(1).

CARTA do Arcebispo eleito D. Fr. Manuel de Santa Iñez para Francisco X. de Mendonça Furtado, na qual se refere à ordem régia que mandará suspender a admissão de noviças nos conventos das religiosas da Bahia, a respeito dos quais lhe dá diversas informações. Bahia: AHU- (Eduardo de Castro e Almeida), 1764. Caixa 35, doc. 6554-6555.

CARTA do Bispo D. Fr. Antônio do Desterro para Diogo de Mendonça Corte Real sobre a fundação do Convento de Religiosas da Ordem de N. Sa. do Carmo, da reforma de Santa Teresa. Rio de Janeiro: AHU- (Eduardo de Castro e Almeida), 1756b. 017-1, cx.84, doc. 19469 (1).

CARTA do Vice Rei conde dos Arcos para Fr. José de S. Bernardo, acerca da abertura, em fevereiro próximo, do Recolhimento de S. Raimundo Nonato. Bahia: AHU- (Eduardo de Castro e Almeida), 1759. 005, Cx.25, n.4770-4771.

CARTA particular de Jacinta de S. José para Gomes Freire de Andrade em que especialmente se refere á conclusão do seu convento. Rio de Janeiro: AHU- (Eduardo de Castro e Almeida), 1757. 017-1, cx. 88, doc. 20292 (1).

CONSULTA do conselho ultramarino ao rei D. João V sobre o requerimento do padre da Companhia de Jesus, Gabriel Malagrida, pedindo licença para fundar um recolhimento para donzelas pobres na capitania de Pernambuco. Pernambuco: AHU, 1745. 015, cx.62, doc. 5292(1).

DIAS, Paula Barata. Para uma compreensão da clausura monástica e emparedamento enquanto fenômenos históricos e religiosos. *Medievalista online*, Lisboa, n. 18, p. 1-32, jul. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1646-740X2015000200008](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1646-740X2015000200008). Acesso em: 15 out. 2017.

DIRETÓRIO em forma de regra e de estatutos, porque se hão de governar as



convertidas e mais recolhida do Recolhimento de S. Raymundo Nonato e de Santa Maria Magdalena, fundado em o Bairro das Mercês, extramuros da Cidade da Bahia. Bahia: AHU- (Eduardo de Castro e Almeida), [19--]. 005, cx.28, d.5235(1).

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5-22, jan./jun. 2012.

FERREIRA, Adínia Santana. *A reclusão feminina no Convento da Soledade: as diversas faces de uma experiência* (Salvador – século XVIII). 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/6638>. Acesso em: 20 jan. 2020.

GANDELMAN, Luciana Mendes. *Mulheres para um império: órfãs e caridade nos recolhimentos femininos da Santa Casa da Misericórdia* (Salvador, Rio de Janeiro e Porto – século XVIII). 2005. Tese (Doutorado em História) - UNICAMP, Campinas, 2005. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279860/1/Gandelman\\_LucianaMendes\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279860/1/Gandelman_LucianaMendes_D.pdf) Acesso em: 10 mar. 2017.

JABOATÃO, Antonio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico ou crônica dos frades menores da província do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858. v. 1. Reimpressão do Instituto Histórico e Brasileiro.

LAGE, Ana Cristina Pereira. *Conexões vicentinas: particularidades políticas e religiosas da educação confessional em Mariana e Lisboa oitocentistas*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

LAGE, Ana Cristina Pereira. Vale de lágrimas: mulheres recolhidas no sertão de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 19, n. 2, p. 312-326, 2014. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/7093>. Acesso em: 30 mar. 2020.

LAGE, Ana Cristina Pereira. Documento, interpretação e representação: os anos iniciais da Casa de Oração do Vale de Lágrimas, Vila de Minas Novas, 1754. *Revista de História e Historiografia da Educação*, Curitiba, v. 3, n. 7, p. 9-28, jan./abr. 2019a. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rhhe/article/view/66152>. Acesso em: 30 mar. 2020.

LAGE, Ana Cristina Pereira. Religião católica e instituições educativas na capitania de Minas Gerais. In: FONSECA, Thaís Nívia de Lima e (org.). *História da educação em Minas Gerais: da Colônia à República*. Uberlândia: EDUFU, 2019b. p. 131-152. v. 1.





LECLERCQ, Jean. Il monachesimo femminile nei secoli XII e XIII. In: SOCIETÀ INTERNAZIONALE DI STUDI FRANCESCANI. *Movimento religioso femminile e francescanesimo nel secolo XIII: atti del. VII Convegno Internazionale*. Assisi: Società Internazionale di Studi Francescani, 1980. p. 61-99

LE GOFF, Jacques. *Uma longa idade média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LITTLE, Lester A. Monges e religiosos. In: LE GOFF, Jacques; SCHMIDT, Jean-Claude. *Dicionário temático do ocidente medieval*. Bauru: EDUSC, 2002. v. 2, p. 225-241.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MARTINS, William de Souza. Devoção, status e busca de autonomia: o convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda no Rio de Janeiro (c.1750). *Clio Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, v. 29, n. 2, p. 1-20, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24224>. Acesso em: 20 jul. 2016.

MEDEIROS, Thiago Gomes. *Entre cartas e escritos: a trajetória do Padre Gabriel Malagrida e o Seminário Jesuíta da Parahyba (séculos XVII e XVIII)*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/11881/1/Arquivototal.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

MONSERRATE, Úrsula Luísa de. *Memórias da Fundação do Convento das Ursulinas na cidade da Bahia*. 23 set. 1745. Acervo Biblioteca Nacional. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1483703/mss1483703.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1483703/mss1483703.pdf). Acesso em: 30 mar. 2020.

MORUJÃO, Isabel. *Por trás das grades: poesia conventual feminina em Portugal (séculos XVI-XVIII)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013.

MOTA, Ana Claudia de Ataíde Almeida. *Documentos avulsos do convento da Lapa (Salvador, Bahia, sécs. XVIII e XIX): edição e estudo*. 2011. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-19102011-125754/publico/2011\\_AnaClaudiadeAtaideAlmeidaMota.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-19102011-125754/publico/2011_AnaClaudiadeAtaideAlmeidaMota.pdf). Acesso em: 20 abr. 2016.



MOURA FILHA, Maria Berthilde de Barros Lima e. *De Filipéia à Paraíba: uma cidade na estratégia de colonização do Brasil: séculos XVI-XVIII*. 2004. Tese (Doutorado em História da Arte) - Universidade do Porto, Porto, 2004.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Patriarcado e religião: as enclausuradas clarissas do Convento do Desterro da Bahia*. Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 1994.

PROVISÃO do rei D. João V ordenando que Arcebispo da Bahia dê seu parecer quanto à licença que solicita João de Miranda Ribeiro para poder edificar a sua custa um convento de religiosas na capela que instituiu com o título de Nossa Senhora da Lapa. Bahia: AHU- (avulsos), 1731. 005, cx.39, D.3507.

REQUERIMENTO da diretora do recolhimento de Nossa Senhora do Desterro da cidade do Rio de Janeiro à rainha D. Maria I solicitando terceira e quarta via do alvará de 11 de outubro de 1777 que lhe permite fundar um mosteiro da ordem de Nossa Senhora do Carmo e reforma de Santa Teresa. Rio de Janeiro: AHU- (avulsos), 1778. 017, cx. 108, doc. 9041 (1).

REQUERIMENTO da regente e mais irmãs do Recolhimento do arraial da Chapada no termo de Minas Novas, solicitando confirmação no sentido de erigirem capela dedicada a Santa Ana. Minas Gerais: AHU, 1780. cx. 116, doc. 39.

REQUERIMENTO da Regente e Recolhidas do Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas solicitando mercê à Rainha. Minas Gerais: AHU, 1785. Caixa 123, doc. 97.

REQUERIMENTO do missionário da Companhia de Jesus padre Gabriel Malagrida ao rei D. João V solicitando confirmação de um recolhimento que edificou junto a Igreja da Soledade na cidade da Bahia. Bahia: AHU –(avulsos), 1740. 005, cx.68, d. 5742.

REQUERIMENTO do Padre Ignácio dos Santos e Araújo, residente na Villa de Santo Amaro da Purificação, no qual pede licença para fundar naquela vila um Recolhimento de mulheres arrependidas. Bahia: AHU- (Eduardo de Castro de Almeida), 1807. 005. cx. 151, doc. 30177.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RODRIGUES, Maria José Lobato. *Educação feminina no recolhimento do Maranhão*:



o redefinir de uma instituição. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/181>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da língua portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1813. 2 v. Recopilado dos vocabulários impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva.

SILVA, Ivani Almeida Teles da. “*Porta Adentro*”: formação e vivências das recolhidas do Santo Nome de Jesus de 1716 a 1867. 2011. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Gênero, Mulher e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6280/1/disserta%C3%A7%C3%A3o\\_final.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6280/1/disserta%C3%A7%C3%A3o_final.pdf). Acesso em: 20 mar. 2020.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Punida e insubmissa: escândalo no Convento da Lapa em Salvador. *Clio Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, v. 25, n. 1, p. 11-30, 2007.

TORRES, Moisés Romanazzi. Considerações sobre a condição da mulher na Grécia Clássica (sécs. V e IV a.C.). *Revista Mirabilia*, Barcelona, v. 1, n. 1, p.49-55, dez. 2001. Disponível em: <http://www.raco.cat/index.php/Mirabilia/article/view/283713>. Acesso em: 13 jan. 2018.

TRINDADE, Carolina Antonia Silva. *Escolarizar para civilizar: o recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes em Santo Amaro da Purificação – Bahia, século XIX*. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: [http://repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/28104/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_Carolina%20Antonia%20Silva%20Trindade\\_FINAL.pdf](http://repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/28104/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Carolina%20Antonia%20Silva%20Trindade_FINAL.pdf). Acesso em: 20 set. 2019.

## Notas

<sup>1</sup>Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

<sup>2</sup>O termo monge deriva da raiz grega “só” e teria uma significação mais social do que espiritual. O termo “eremita” deriva do grego “deserto” e passou a designar os ascetas solitários, enquanto “monge” acabou por qualificar os ascetas devotos que viviam em companhia de seus semelhantes em comunidades religiosas (coenobia). “A conotação de fraternidade inerente à palavra ‘irmão’ nos assegura que os ‘frades’ também viviam em comunidades, apesar das diferenças significativas em relação às de seus predecessores monásticos” (LITTLE, 2002, p. 225).



<sup>3</sup>Segundo Jacques Le Goff, (2011, p. 175) “as ordens mendicantes aparecem no século XIII. Receberam tal nome desde essa época, porque seu modo de subsistir pela *esmola* e não pelo recebimento de dízimos e de rendas do tipo feudal chocou os contemporâneos”. O IV Concílio de Latrão (1215) proibira a fundação de novas ordens monásticas e, a partir daquele momento, ocorreu uma proliferação de formas alternativas de vida religiosa (frades, cônegos regulares e laicos) que eram um misto entre o clero regular e secular, uma vez que possuíam regras e modos de vida, mas também tinham o contato com o mundo exterior por meio de suas diversas obras. Por outro lado, as respectivas vertentes femininas dos grupos de mendicantes cada vez mais se fecharam dentro do claustro, como foi o caso das Clarissas, em contraponto aos Franciscanos, para pensarmos como as questões de gênero são importantes nas distinções e especificidades desses grupos.

<sup>4</sup>Cito alguns documentos que fazem menção à ausência de votos nos recolhimentos: Azeredo Coutinho (1798); DIRETÓRIO...([19--]); REQUERIMENTO...(1780).

<sup>5</sup>As recolhidas da Casa de Oração do Vale de Lágrimas, próximo à Vila de Minas Novas, na Capitania de Minas Gerais, em documentação de 1754, afirmavam categoricamente e com o apoio da população local, que não habitavam um recolhimento e, por isso, não cabia o controle da casa pelo arcebispado da Bahia e nem da coroa portuguesa. Eram mulheres de uma mesma família que viviam em uma casa, onde recebiam meninas locais para o aprendizado de atividades manuais, leitura e escrita (LAGE, 2019a). Porém, em 1780, o grupo que habitava a referida casa pede aprovação para a mudança do local onde residiam e, nesse momento, informam que já habitam o Recolhimento de Sant’Ana da Chapada (LAGE, 2014). O discurso e a intencionalidade mudam de acordo com os interesses do grupo na temporalidade da instituição.

<sup>6</sup>“A Ordem das religiosas Concepcionistas foi fundada por Beatriz da Silva e Menezes, em Toledo, na Espanha, no ano de 1494” (MOTA, 2011, p. 33). A ordem ficava sob a orientação dos Frades Menores Franciscanos e seguia a regra própria escrita pela fundadora, a qual previa especialmente o voto de pobreza e a busca de um modo de vida marial.

<sup>7</sup>O jesuíta italiano Gabriel Malagrida (1689-1761) dedicou 31 anos ao projeto missionário da Companhia no Brasil. Circulou desde o Pará até a Bahia e foi o responsável por fundar, dentre outras instituições, recolhimentos femininos (MEDEIROS, 2017). Além do Recolhimento das Ursulinas da Soledade (1739), padre Malagrida foi responsável pela abertura do Recolhimento de Sagrado Coração de Jesus em Igarauçu (Pernambuco, 1744) e pelo Recolhimento das Ursulinas do Sagrado Coração, em São Luís (Maranhão, 1752). Sobre a fundação do Recolhimento da Soledade, ver: REQUERIMENTO...(1740).

<sup>8</sup>As carmelitas surgiram a partir da reforma empreendida por Santa Teresa D’Ávila na Ordem do Carmo, na Espanha, a partir de 1562. “Caridade fraterna, desapego e humildade foi o que santa Teresa implorou às carmelitas descalças” (ALGRANTI, 1999, p. 31).

<sup>9</sup>Gomes Freire de Andrade (1685-1763), o Primeiro Conde de Bobadela, exerceu por trinta anos (1733-1763) o cargo de Governador e Capitão Geral do Rio de Janeiro.

<sup>10</sup>Sobre os conflitos para a fundação do Convento de Santa Teresa, ver: CARTA... (1756a); CARTA... (1756b); CARTA...(1757); REQUERIMENTO...(1778).

<sup>11</sup>A autora se refere especialmente à carta de Manuel da Nóbrega que está na obra de Serafim Leite (Cartas dos primeiros jesuítas). O documento aponta a existência de uma casa humilde, edificada para recolher índias libertas, e a entrada de Maria Rosa e de suas companheiras proporcionou o fortalecimento e enriquecimento da casa, passando



então a receber moças da elite (ALMEIDA, 2003, p. 188).

<sup>12</sup>Azeredo Coutinho (1742-1821) foi responsável por implementar uma reforma educacional em Pernambuco, por meio da implantação de estatutos nos recolhimentos femininos e do Seminário de Olinda, dentro de uma perspectiva iluminista. Especificamente, os recolhimentos femininos pernambucanos (Glória e Conceição) se tornaram espaços educativos escolares, e as figuras das “mestras de ler”/recolhidas foram fundamentais para a preparação de moças para a vida laica fora dos muros da instituição (ALMEIDA, 2003).

<sup>13</sup>Sobre os recolhimentos, ver: CONSULTA...(1745); CARTA...(1754); CARTA...(1759); REQUERIMENTO...(1807).

<sup>14</sup>Convento de Santa Teresa de São Paulo, SP, em 1913; Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas, MG, em 1926; Mosteiro de Imaculada Conceição de Santa Clara de Sorocaba, SP, em 1929; e Mosteiro da Luz de São Paulo, SP, também em 1929.